

JORNALISMO E A SOCIOLOGIA: UM CONTRIBUTO

Emília Rodrigues Araújo*
Universidade do Minho
era@ics.uminho.pt

Ricardina Magalhães**
Universidade do Minho
ricardina.magalhaes@gmail.com

Resumo: Este texto constitui uma breve reflexão sobre as relações de proximidade e de distanciamento entre o jornalismo e a sociologia. Ambas as áreas definem-se por fronteiras epistemológicas que contemplam posturas distintas sobre a intervenção no espaço político e público. A sociologia transporta uma postura de um considerável isolamento face à exposição mediática. O jornalismo define-se, justamente, pelo seu papel na sociedade e na política de forma persistente e omnipresente. O texto discute, ainda, algumas ideias sobre as vantagens para ambos os campos em enriquecer-se através da partilha de conhecimento teórico e metodológico.

Palavras-chave: jornalismo, sociologia, linguagens, epistemologia

Abstract: This text is a brief reflection on the relations of closeness and distancing between journalism and sociology. Both areas are defined by epistemological boundaries that include different positions regarding the ideal forms of intervention in political and public spaces. The sociology conveys an attitude of considerable isolation in the face of media exposure. Journalism is defined precisely by its visible role in society and politics in a persistent and ubiquitous way. This paper discusses also some ideas about the advantages of both fields to enrich themselves by sharing theoretical and methodological knowledge.

Keywords: journalism, sociology, languages, epistemology

Introdução

Nas comemorações do 25º aniversário da Associação Portuguesa de Sociologia, em 2011, as opiniões dos presentes dividiam-se a favor e contra a exposição dos sociólogos e dos seus trabalhos no universo mediático e jornalístico. Os argumentos a favor

* Emília Rodrigues Araújo, doutorada, é docente no Departamento de Sociologia da Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. É investigadora efectiva do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e investigadora associada no Centro de Investigação em Ciências Sociais.

** Ricardina Magalhães é Mestranda no curso de Ciências da Comunicação, área de especialização: Publicidade e Relações Públicas e Bolseira de Gestão da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

mencionavam, designadamente, a importância dessa exposição para a disseminação da sociologia e a sua apreensão por parte da população. Procurava-se advogar como os meios de comunicação poderiam potenciar um melhor conhecimento, não só do desempenho dos sociólogos, como, acima de tudo, do interesse, pertinência e, até, utilidade da sociologia. Mas, outros argumentos contra rebatiam esta exposição, sendo referidas, não só a tendência dos jornalistas para serem parciais, dilacerar os conteúdos das investigações, alterando o sentido das conclusões obtidas, como a sugestão *naïve* da exposição do sociólogo, como cientista, nos meios de comunicação de massa. Por esta e outras razões, observa-se também, da parte do jornalismo, um gradual investimento na aprendizagem dos modos de comunicar e transmitir conhecimento científico, propondo-se modelos de leitura, interpretação e selecção condizentes com os públicos dos mais diversos programas.

Na esgrima de sentidos que estes jogos de distanciamento e aproximação entre sociologia e jornalismo propõem, observa-se que o terreno das lutas pela imposição de fronteiras disciplinares, discursivas e metodológicas é vivo, dinâmico e fértil em novas distinções, tanto simbólicas, como materiais. Importará, além do aprofundamento teórico das questões epistemológicas impostas aos modos de definir, produzir, traduzir e disseminar conhecimento, que os actores no campo possam perceber algumas destas dinâmicas e entender de que forma se podem construir práticas mais dialógicas e, sobretudo, ajustadas à emergência de novas realidades social e sociologicamente pertinentes, para as quais se exigem, tanto da sociologia, como do jornalismo, respostas congruentes com a construção de uma cidadania plena.

Ao longo do texto, prosseguiremos nesta linha de raciocínio, procurando mostrar como, a partir da história do jornalismo e das dinâmicas principais que o atravessam no presente, é possível construir pontos de convergência na organização quotidiana e política das sociedades. Perceberemos, ainda, como uma maior aproximação teórica e metodológica entre as áreas, a par do desvelar de algumas armaduras auto definidoras, contribuiria para melhores articulações nas produções de conhecimento e suas formas de adaptação e compreensão social, já que o jornalismo tem tido um papel significativo na construção social do valor da sociologia. Basicamente, falaremos da necessidade de a sociologia construir mecanismos de explanação adequados à temporalidade jornalística, por um lado, e da necessidade de o jornalismo, como ciência da comunicação, prover dispositivos de leitura da sociologia, compatíveis com a sua (in) definição científica e incerteza, aliadas a alguns particularismos das suas produções, por outro. Argumentaremos, ainda, sobre a assumida persistência de tensões entre os dois domínios, face à complexidade das condições políticas e institucionais nas quais sociologia e jornalismo se desenvolvem no presente e nos tempos futuros e em relação aos quais será necessário considerar, entre outras dimensões, o papel e a influência das tecnologias de informação e de comunicação, as mudanças sociais, as alterações nas profissões (sobretudo do jornalismo), nas instituições, nas estruturas do Estado e nos formatos de avaliação científica e pública do jornalismo e da sociologia.

O texto contempla, assim, três pontos distintos. No primeiro abordamos as relações entre jornalismo e sociologia à luz do conceito de “campo científico”, sugerido por Bourdieu. No segundo ponto, apontamos os principais pontos de convergência e de divergência entre jornalismo e sociologia. No terceiro ponto, propõe-se uma reflexão sobre a importância do jornalismo para a sociologia e sobre os seus principais desafios no presente.

Jornalismo e Sociologia e as hierarquias no campo científico

A relação entre jornalismo e sociologia prende-se com um debate muito importante hoje em dia sobre o posicionamento das áreas de saber ou “culturas epistémicas”, como as designa Knorr-Cetina (1982) e as suas relações de hierarquização e dominação-subalternização. De forma muito sintética, devemos assumir que o jornalismo define uma área profissional regulada por um código deontológico próprio e sujeita a um enquadramento formativo bastante estrito, no que se refere aos modos de observar e transmitir informação. A sociologia define uma área simultaneamente profissional, mas acima de tudo, uma disciplina científica, com métodos e objectos de análise específicos. Há que assumir, em consequência, que ambas as áreas definem culturas produtoras de formas cristalizadas de pensar, representar e fazer-se apresentar ao mundo social e que ambas coabitam nos mesmos campos – científico, político e económico – mas com regras e pressupostos distintos e ainda com objectivos e resultados diferenciados que ora se complementam, ora se confrontam de forma implícita e explícita, ao ponto de a dinâmica do jornalismo e a forma como este se apresenta à sociedade constituírem objectos de estudo e de reflexão crítica da sociologia. Bourdieu (1976) afirma que:

“O universo “puro” da mais “pura” ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem formas específicas”¹.

Com efeito, as relações de tensão entre áreas de saber e de profissionalização propõem um paradoxo que está instalado no interior do campo das ciências sociais, desde que se percebe como as nomeações fundaram olhares diferenciados sobre o objecto social, com base na distinção de práticas metodológicas e de princípios epistemológicos singulares e rigidamente atribuídos a cada “disciplina”: por um lado, a crescente intensificação do argumento da inter e transdisciplinaridade, em boa parte fruto do contexto de pós-modernidade em que vivemos, mas, por outro, tal como afirmava Bourdieu (1984), a luta visceral das mesmas áreas do saber para manter as suas identidades, valorizá-las e reproduzi-las.

¹ Reproduzido de BOURDIEU, P. Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero. Documento disponível em: http://uaiinformatica.net/luciana/campo_cientifico_bourdieu.pdf [consultado em 20 de novembro de 2012]

As áreas do saber, muito em concreto, a sociologia e o jornalismo, estão, aliás, vulneráveis a lógicas de interesse ideológico que as empurram para formas específicas de arrumação e de hierarquização. Um olhar atento sobre algumas dessas formas de expressão dos saberes mostra, na esteira dos autores citados, como os critérios de divisão, classificação e valorização das áreas são fortemente condicionados por relações de poder instituídas e cultivadas em sedes diversas, entre as quais as próprias instituições² da academia e da ciência e os campos político e ideológico. Estas tensões são potencialmente ainda mais acérrimas no contexto das ciências sociais e humanas, dado que, tal como afirma ainda Bourdieu (1976):

“O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado”.

Os estudos sociais da ciência e a sociologia da ciência e do poder têm sido prolíficos no que respeita à análise das interações, condicionamentos e (de)formações entre processos de produção, disseminação e aplicação de conhecimento científico e os universos sociais, culturais, simbólicos e institucionais³. Estamos a referir-nos a uma extensa lista de autores, desde Marx, passando por Weber, Mannheim, Gurvitch, Merton, até Bourdieu, Calhoun, Latour, Jasanoff, Akera e muitos outros. Tais análises têm resultado em assunções de extremo valor para a compreensão da complexidade inerente à produção, disseminação e uso do conhecimento, “nas” e “entre” as diversas áreas científicas. Questões tão relevantes como as da governação e da regulação legal e ética da ciência, do conhecimento e da informação, as implicações dos princípios da comercialização e da prestação de contas (*accountability*) por parte da ciência e dos cientistas; os riscos do controlo político da ciência e da informação e a tenuidade da fronteira entre conhecimento “leigo” e conhecimento científico, a ambiguidade das distinções entre áreas científicas e as suas diferenciações internas, entre múltiplas outras, têm sido centrais no âmbito daqueles estudos que são, ainda assim, pouco conhecidos, divulgados e discutidos.

Menos prolíficos têm sido estes estudos no que respeita à análise das formas de construção e hierarquização de saberes, mas também em relação às influências e condicionamentos entre áreas científicas e as mutações no espectro geral das áreas de saber daí decorrentes, incluindo práticas e representações e nas sociedades do presente, como as que se propõem entre jornalismo e sociologia.

² A forma como os órgãos nacionais responsáveis pela administração de fundos e pela avaliação classificam as áreas constitui uma expressão das representações e das mundividências sobre a relevância das próprias áreas e as possibilidades de desenvolvimento que lhe são “legitimamente” conferidas.

³ Em Portugal, as perspetivas de Sedas Nunes, Madureira Pinto, Boaventura Sousa Santos, Firmino da Costa e Arriscado Nunes são fundamentais como pontos de partida para a análise do posicionamento da Sociologia e das Ciências Sociais. Também, no campo das Ciências da Comunicação, importa considerar as posições de Moisés Martins e João Almeida Santos.

Perante este vazio, o quadro traçado por Bourdieu em múltiplos escritos, mas, designadamente, no *homo academicus* e n' *o poder simbólico* (1984, 1989), continua a ser uma referência na interpretação das relações de tensão entre saberes, porque mostra, não só o teor das relações materiais nos diversos campos implicados na produção dos saberes, mas, sobretudo, a natureza simbólica dessas relações e dos seus conteúdos, assim como o papel destas relações simbólicas na definição do crédito, do reconhecimento e da legitimidade pública dos saberes, a ponto de fazer influir no campo das classificações das áreas e dos seus modos de relacionamento ideal, fenómenos de *illusio*, com efeitos performativos sobre o real.

Por mais paradoxal e difícil de admitir que nos possa parecer, sendo participantes do campo, existem estereótipos e pressupostos ainda muito poderosos a respeito do que valem as diversas disciplinas, da probabilidade de serem definidas como “ciências”, da qualidade e da “quantidade” do seu valor. A sociologia e as ciências da comunicação, nelas incluindo o jornalismo, entram neste grupo de saberes e de áreas “em julgamento” persistente. É certo que parte destes estereótipos se explica pelo desconhecimento “genuíno”, assim como pela valorização das áreas em função da sua utilidade imediata, um traço típico das sociedades marcadas por níveis baixos de *capitais culturais* (Bourdieu). Mas, outra parte é explicada devido à forma como estão definidas as posições no interior dos campos científico e académico e ao modo como os vários sistemas envolventes, incluindo as culturas profissionais e os interesses de mercado, lêem e respondem a essas posições, reforçando-as, embora de forma aparentemente “desinteressada” e “legítima”.

Frequentemente, estes estereótipos confundem e fundem o valor da disciplina, o valor da área em si, com a sua projecção social, a capacidade de “mudar” algo notoriamente visível e medível. E, se estes estereótipos são veiculados e constituem os fundamentos justificativos dos actores com mais poder político, mais probabilidade há de se tornarem dogmas e de se instituírem como pressupostos únicos de visão e construção do mundo. Dito de outro modo, mais probabilidade há de se constituírem como filtros relativamente a tudo o que, não respeitando esses critérios, se torna insignificante, especulativo, não científico - neste caso, quer na sociologia, quer entre a sociologia e o jornalismo.

Da torre de marfim, à torre de controlo?

Lembremos, a este respeito, que a formação em sociologia continua a ser pautada por um certo culto dos limites que a separam do jornalismo e dos *media* e por uma certa necessidade em debater e discutir, de forma reflexiva, esta mesma fronteira e as suas mutações ao longo dos últimos anos. Tempos em que o próprio jornalismo também tem vindo a transformar-se e a complexificar-se, inclusivamente nas relações que estabelece com os *media* e com as suas linguagens e instrumentos/tecnologias. Lembremos ainda a relevância que continuam a ter na formação em sociologia autores como Max Weber que preconiza a necessidade da neutralidade em relação aos valores e Bourdieu que classifica os

jornalistas e os “universitários jornalistas”, como aqueles que “se instalam na fronteira entre o conhecimento erudito e o conhecimento comum” que têm “interesse vital em queimar a fronteira e em negar ou anular o que separa a análise científica das objectivações parciais que imputam a indivíduos singulares ou a um *lobby*”. Aliás, este autor acrescenta ainda que aos jornalistas:

“basta-lhes, deixar-se levar aqui pela leitura de mera curiosidade que faz funcionar os exemplos e os casos particulares segundo a lógica da bisbilhotice mundana ou do panfleto literário para reduzir o mundo de explicação sistemática e relacional próprio da ciência ao procedimento mais ordinário da redução polémica, a *explicação ad hoc por argumentos ad hominem*” (Bourdieu, 2011:24).

Igualmente, também a formação em jornalismo continua a estar algo distanciada dos conteúdos das ciências sociais, impondo, de modo geral, sequências cognitivas lineares que são incompatíveis com a complexidade da própria realidade social e histórica que se quer apreender. Continua também a abordar de forma, quiçá demasiado leve, as questões de foro epistemológico e gnosiológico, anteriores aos modos de ler, conhecer e falar do mundo, um mundo que se oferece de forma já em si, socialmente construída.

Mesmo assim, se no plano da *praxis* quotidiana o jornalismo e a sociologia se inter cruzam nos saberes teórico–metodológicos, as tensões que as rodeiam prendem-se com a forma como historicamente o jornalismo, sobretudo o jornalismo de massas, ou jornalismo *mainstream* é severamente criticado pela sociologia, em virtude de estar vulnerável à parcialidade, dramatização e encenação- dramatização⁴. Alguns autores são apaixonadamente críticos relativamente a Bourdieu, justamente por este apresentar um jornalismo sujeito às lógicas de mercado e das audiências. Trinta, numa análise crítica do livro “sobre a televisão”, de Bourdieu, critica as lógicas de dominação da sociologia sobre o jornalismo, incluindo uma tendência para a imposição de um certo controlo e supervisão da primeira sobre o segundo. Afirma Trinta (2001, s/p) que:

“a saída para o “impasse da televisão” vai indicada em um *post-scriptum*, que o sociólogo [Bourdieu] denomina de “normativo”. Artistas, escritores, cientistas e jornalistas - os quais, uma vez reunidos, passariam a deter uma parcela substancial de “poder simbólico” – deveriam “garantir acesso universal aos seus trabalhos”. Por outras palavras, não será do meio TV, em si mesmo, que provirão os ventos da mudança redentora, mas de uma acção concertada dos que, ao menos teoricamente, estão distantes das câmaras. Para o melhor e para o pior, estaria assim estabelecido um virtual contrapoder, apto a fazer face àquele despoticamente exercido pela televisão. Na prática, isto poderia vir a significar uma intervenção branca, censória ou de outro matiz. Triunfantes, intelectuais desceriam da torre de marfim para assumir a torre de controlo”.

Nesse sentido, uma certa desvalorização e vontade de distinção entre sociologia e jornalismo ainda residem na identificação do jornalismo com meios de comunicação de massa, com a particularidade adicional de a Sociologia ter tomado os *media* e o jornalismo como objectos de estudo privilegiados e em relação a elementos tão estruturais para a

⁴ Para uma perspectiva global sobre os efeitos dos media e do seu poder de encenação na disseminação da mensagem política, ver Balandier (2009) e Santos (2012).

compreensão da sociedade, como a educação, a formação, a socialização e a estruturação de quadros culturais e simbólicos. Portanto, dimensões como a influência dos *media* na formação da opinião e a sua instrumentalidade constituem núcleos de debate sociológico. Núcleos de onde nem o jornalismo dito “sério” escapa, sobretudo em momentos reconhecidamente comerciais. Momentos em que as audiências, como veremos, são o barómetro principal da qualidade e da excelência e em que os recursos discursivos usados para construir leituras sobre o social e para o social estão limitados temporal e economicamente, mas também cognitivamente: paradoxalmente, aos produtores de informação e de discursos sobre o social solicita-se que usem sintaxes claras, objectivas e lineares nelas se pressupondo a valorização das relações de causalidade e não de complexidade.

Convergências e divergências

Criando o necessário distanciamento em relação às teses mais radicais de Bourdieu, pode assumir-se que o jornalismo e sociologia distinguem-se, não especificamente no patamar da sua classificação científica, como áreas de saber no interior das ciências sociais e, portanto, intersectando todas as outras ciências sociais e humanidades, mas no plano da definição de ciência ainda em vigor (em si), da definição metodológica, assim como na definição dos resultados e no plano da prática propriamente dita.

A sociologia está obrigada, na produção do conhecimento sobre o social e na intervenção sobre o social a usar e a explicitar as regras dos procedimentos metodológicos seguidos, garantindo também a explicação dos critérios de escolha, a gestão da neutralidade axiológica e, sobretudo, o estudo da diversidade e a possibilidade de apresentar os mecanismos de funcionamento da realidade social seguindo o critério da saturação da informação. Por sua vez, o jornalismo apresenta-se como uma ciência da comunicação, também ela sustentada por procedimentos metodológicos explícitos, observação e escrutínio rigoroso das fontes e uso ajustado e rigoroso dos objectos e dispositivos de registo e disseminação da informação.

Entre ambas, uma diferença enorme: facilmente, embora de forma enviesada, o senso comum define o que é jornalismo, muito dificilmente identifica e delimita o que é a sociologia. A sociologia é socialmente apreendida com dificuldade e recorrentemente relegada para um retrato e uma representação teórica, ao passo que o jornalismo, ao mostrar-se de forma mais esquemática e, sobretudo, através de objectos técnicos, linguagens e mensagens estandardizados, inscreve-se nos estilos de vida, nos modelos de vida e nos esquemas cognitivos das populações, demonstrando a possibilidade de produzir discursos com muito maior capacidade de penetração social. Além disso, a sociologia é facilmente identificada com o “assistencialismo” e, portanto, muito parcialmente entendida pelos próprios jornalistas, sobretudo em Portugal.

Wolton (1989, p.250), seguindo a perspectiva de Katz (1989), afirma que os melhores jornalistas combinam a racionalidade com a subjectividade na percepção que fazem e transmitem da realidade. Por isso, prossegue, a ciência social e o jornalismo são similares no que respeita ao fundamento da construção do fazer falar o social e no que se refere à importância dada à interpretação desse social. Mas também no que se refere à consciência do próprio objecto de trabalho. Wolton sustém que a sociedade, tanto para os cientistas sociais, como para os jornalistas “é um sistema aberto em permanência” (1989, p.249).

Mas jornalismo e ciência social são distintos na forma como se posicionam perante esse social. Wolton esclarece que “no Jornalismo, a principal preocupação é reportar uma realidade, ao passo que na ciência social, a preocupação é procurar prover uma interpretação daquela” (1989, p.250). Nestas acepções, a posição política e socialmente mais resguardada será a da sociologia, aqui definida como ciência social, disciplina em que racionalidade e subjectividade prosseguem combinatórias pautadas pelo procedimento metodológico. Disciplina em que o real sujeito a análise, em pouco se descaracteriza com o tempo - tempo que é, aliás, imprescindível para a construção do olhar científico sobre o fenómeno. O Jornalismo recolhe um grau bem mais elevado de ambiguidade e instabilidade na tomada de decisão, na definição de fronteiras que separem os processos cognitivos e epistemológicos - através dos quais o mundo se apresenta como algo a ser lido de forma imediata e não temporalmente distanciada - e os processos, pelos quais este mundo surge - também no imediato - “intervencionado” (pela palavra, pela imagem, pelo som). Por isso, retomemos Wolton, baseando-se em Katz (1989), quando afirma:

“sem subjectividade, os jornalistas tornam-se tecnocratas, ao serviço dos eventos, incapazes de os compreender, incapazes de conduzir os outros a compreendê-los. Mas sem racionalidade, o jornalista torna-se um mero cronista (subjectivo), de quem o leitor, o ouvinte irão simplesmente arredar-se e não querer saber” (WOLTON,1989, p.250).

Remetemos, a este propósito e na defesa deste argumento, para a observação de várias afirmações de jornalistas conhecidos que afirmam a dificuldade em manter esta dualidade no rumo certo, a ponto de construírem credibilidade (do jornalista e da notícia), compatível com a visibilidade do evento-notícia.

As diferenças entre jornalismo e sociologia são basicamente produzidas por dois processos: i) o modo como a sociedade apreende, trata e adapta os discursos de ambas e ii) o modo como os actores mais legítimos no campo académico em ambas as áreas, esgrimem e impõem discursos e representações identitárias de ambas as áreas e que, por norma, são conseguidas por desvalorização mútua.

Com efeito, é essencialmente a sociologia que clama pela imperfeição do discurso jornalístico sobre a realidade social, responsabilizando-o pelo reforço de estereótipos, assim como pela produção de híper realidades, baseadas na simulação do real. Por seu turno, o jornalismo impacienta-se com a morosidade da sociologia e, por vezes, com a densidade das suas produções, a complexidade das suas abordagens e o carácter sinuoso de algumas

conclusões. Em rigor, o jornalismo está grandemente despreparado para lidar com a incerteza da ciência cuja nomeação se encontra apropriada pelo senso comum como certa, geral e abstracta. Em rigor, a sociologia, na sua condição de ciência legítima da sociedade, dispõe-se facilmente a classificar e a subvalorizar o jornalismo, tal como anotávamos no exemplo com o qual iniciámos esta exposição.

Na prática, a sociologia e o jornalismo são áreas de contacto permanente e persistente. O jornalismo, como acto comunicativo e como ciência da comunicação, constitui-se como entidade mediadora, agente de construção e desconstrução da produção de conhecimento social.

Na sociologia, o método e a formulação do problema a investigar são delimitados por um conjunto de procedimentos que pautam a obtenção de resultados e a sua validação. De qualquer modo, a construção do problema sociológico distingue-se da formulação de um problema social e este é cada vez mais o objecto do jornalismo, do que o primeiro. Este elemento cria bases de sustentação da diferença entre jornalismo e sociologia na busca da verdade. Embora em ambos os campos, a verdade seja um projecto quimérico, derivado da própria definição do objecto com o qual trabalham, ela surge mais comprometedora para o jornalismo, uma vez que há neste um critério de rigor e de controlo e verificação das fontes que baseia a definição e sobretudo, a divulgação da notícia. Enquanto isso, na sociologia, a verdade não é uma palavra integrante do seu repertório, desde logo porque a sociologia se define pela própria desconstrução da verdade e a sua substituição pela construção social e pela sua multidimensionalidade semântica.

Além disso, e não obstante ser pronunciada a procura da descrição naturalista dos fenómenos e dos processos, a sociologia baseia-se no pressuposto da sua capacidade para reduzir a complexidade dos resultados obtidos, através da criação de ideais tipo que, em rigor, não são a realidade. Mesmo quando as técnicas utilizadas o podem enunciar, pelo modo como propiciam a manipulação dos discursos e a interpretação dos sentidos, ao aproximarem-se das vertentes mais qualitativas e etnográficas e pelo modo como os resultados se dispõem a serem utilizados em favor de um actor, de um poder ou de uma ideologia, existem pontos de divergência inerentes às duas práxis e aos seus *modus operandi*.

Há vários tipos de jornalismo e uma diversidade enorme de modos de perceber e avaliar o jornalismo. Todavia, verifica-se que este se oferece cada vez mais nas sociedades modernas, ultraliberais e largamente assentes em processos de criação libidinal de necessidades nos consumidores, a ser uma mercadoria permanente. Por um lado, temos as lógicas mercantis dos mercados de trabalho, valorização curricular dos jornalistas e os seus interesses em serem (re)conhecidos. Por outro, as lógicas hiper comerciais da informação, na sua pluralidade de formas e conteúdos, caracterizações e descaraterizações. Acontece que a sociologia, sobretudo a que é praticada em contexto organizacional não académico e mais liberta, portanto, do controlo sobre a validade, também passa por processos idênticos, bem expressos, por exemplo, na forma como os sociólogos do trabalho se transformam em gestores operacionais de despedimento ou de avaliação, ou destinam o seu trabalho e

mesmo a investigação à legitimação de práticas e ideologias de governação. Todavia, o uso das técnicas e das metodologias de investigação e a menor exposição pública, assim como a explanação de critérios, criam o pano de fundo para a legitimar os resultados e/ou a acção.

O jornalismo, na sua lógica mais comercial, dispõe-se a ser uma narrativa construída favorável às interferências de notáveis e de elementos famosos que, ao entrar no debate, desencadeiam as tramas das próprias notícias, as suas formas, frequências e conteúdos. Afinal, o jornalismo que zela pelas fontes e se alimenta de factos, também cresce com as audiências, mesmo que tais “factos”, sejam em si mesmos, já fenómenos construídos. O jornalismo que pretende ser isento, clama objectividade e se afirma transparente, desenrola-se na própria acção discursiva construída. Em toda esta equação, o jornalismo acaba por poder ser, nas mãos de alguns, uma mercadoria, servindo de veículo ideológico e actuando como agente político (MARSHALL, 2012). É um instrumento volátil e eficaz na arte de fazer opinião e de moldar as consciências do povo. Van Dijk escreve, neste sentido, que:

“...o controlo da mente pelos *media* deve ser particularmente efectivo quando os seus utilizadores não se apercebem da natureza ou das implicações de tal controlo e quando “mudam as mentes” de forma voluntária, como ocorre quando aceitam os relatos noticiosos como sendo verdadeiros, ou as opiniões jornalísticas como sendo legítimas ou correctas” (2005, p.75).

Entre muitas outras formas de manipulação, mais ou menos consciente, o jornalismo, nas suas diversas variantes, incluindo a reportagem e o documentário, foram e são favoráveis à construção interessada da História, assim como à *pedagogização* ideológica e legitimadora de certas práticas e programas. Nada de muito relevante haveria a dizer, depois de a História revelar uma infinidade de situações em que o jornalismo aguentou a legitimação do poder, contra pressupostos científicos e morais. Nada de novo também, se tivermos em conta a infinidade de situações em que o jornalismo tomou as rédeas da destruição de poderes instituídos.

Jornalismo “da” e “para” a sociedade

A grande ideia que devemos introduzir é esta: o jornalismo é, em si, uma produção sociológica brutalmente estrutural no desenvolvimento das sociedades e dos seus sistemas culturais e dispositivos normativos. Segundo Fontecuberta (1999) o jornalismo é “a comunicação periódica a um público massivo ou especializado, através dos meios de comunicação social, de um facto que acaba de suceder, de ser descoberto, ou que está previsto ocorrer num futuro mais ou menos próximo”.

No Dicionário Português afirma-se que jornalismo pode ter como definições:

“a actividade profissional da pessoa que trabalha em comunicação social, seja em publicações periódicas, seja na televisão ou na rádio, podendo exercer diversas actividades, entre as quais a redacção de artigos, a realização de entrevistas, a elaboração de noticiários, etc.; profissão de

jornalista; forma de expressão que caracteriza os meios de comunicação social; conjunto dos meios de difusão de informação; comunicação social; conjunto dos jornalistas”⁵.

No fundo, para que haja jornalismo, deverá haver um produto final resultado do trabalho: as notícias, os eventos, os acontecimentos a partir dos quais se constrói a informação (SERRA, 2006; NEVEAU, 2005). Pode afirmar-se que o jornalismo veio preencher a necessidade natural do Homem querer saber o que se passa e nutrir um interesse libidinal por essa informação. Teoricamente, o jornalismo implica um facto, precisa de um actor que possa descrever e relatar esse facto e implica liberdade. Liberdade na acção de procurar e investigar esse facto, liberdade para contar o facto e liberdade para se manter verdadeiro e fiel à sua missão original. Liberdade também para atingir a sua missão de cidadania: poder corresponder ao direito à informação; à formação livre de opiniões; à consciencialização sem censuras, nem restrições.

Como referimos anteriormente, o jornalismo é uma componente a ciência da comunicação. E a comunicação define todo um vasto campo de saberes extremamente poderoso na formulação dos processos de interacção individual e colectiva, assim como na gestão das relações de poder. Afirmo Freixo que:

“conscientes, mais do que qualquer outro povo, do papel da informação na vida pública, os Romanos inventaram uma forma de transmitir informação através daquilo que poderíamos considerar o primeiro jornal de que há conhecimento, os *Acta Diurna*, através do qual César mandava prestar contas dos trabalhos do Senado e da condução da guerra, mas também das festas e de factos diversos (...) A cultura romana, inteiramente modelada a partir da ideia de organizar a comunicação para manter vivo o laço social, tinha inventado a informação, isto é, a «palavra para o outro»” (FREIXO, 2011, p.55).

Mas, o jornalismo define uma grande diversidade de posturas. Nos tempos actuais, tal como argumenta Traquina, “dir-se-ia que o jornalismo são *estórias*, *estórias* da vida, *estórias* das estrelas, *estórias* de triunfo e de tragédia” (TRAQUINA, 2002, p.10). Hoje a complexidade da comunicação é tão elevada que, tal como explicita Marshall McLuhan, é o próprio meio que se transforma em mensagem e não é mais possível falar-se de jornalismo, sem contar com as tecnologias de informação e de comunicação a sua incorporação extensiva a todos os media. Já não é mais possível falar-se de jornalismo, sem contar com o papel que desempenha nos sistemas políticos e nas democracias, e com os dilemas que enfrenta face à *mercadorização* da informação (MARSHALL, 2012).

É certo que nem a sociedade como a construímos, nem o jornalismo como se revela, seriam possíveis sem o desenvolvimento daquele que é considerado o primeiro *mass médium*: a imprensa. Querendo dar resposta ao anseio de ver multiplicadas as suas mensagens através da amplificação do seu alcance, Gutenberg deu uma ajuda preciosa para que tal fosse possível, através da invenção da impressão por caracteres móveis. O progressivo aumento de tiragens e o ritmo frenético de aparecimento de novas publicações,

⁵ Definição retirada de: <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/jornalismo>, consultado em 20 de julho de 2012.

tornam este meio num negócio rentável e apetecível que acompanha o incremento do nível de vida e a recomposição social marcada pela ascensão da classe burguesa, directamente empenhada em se demarcar por novos estilos de vida. Embora permaneça ligado a uma faceta comercial, da qual não era possível alienar-se, o jornalismo foi uma arma na defesa de ideais políticos e sociais. É já no século XX que aparece a rádio que, de algum modo, fez frente ao poderio da imprensa, já que “até então a escrita tinha reinado sem restrição e eis que, em duas décadas, a paisagem é agitada por esta nova concorrência” (JEANNENEY, 1996:121). Sem grandes definições ficam as palavras de Charles de Gaulle, na inauguração da *Maison de la Radio*, em Paris, em 1963:

“Após a palavra, o desenho, o teatro, a escrita, a tipografia, a fotografia, o cinema, eis que a rádio se apoderou do contacto directo com as inteligências, as sensibilidades, as vontades. Por tudo aquilo que projecta de vivo e de emocionante, pela forma peremptória e imediata que é a sua, a rádio é o meio de informação adaptado por excelência à nossa época mecanizada, aglomerada e precipitada” (JEANNENEY, 1996, p.199).

Este novo meio veio colmatar uma lacuna muito importante que a imprensa não conseguira fazer: abranger, potencialmente, a sociedade por completo. Numa época em que a maioria da população não sabia ler, a rádio devido à sua difusão através do som, permitia ainda muito mais democraticidade no acesso à informação. Este *blind médium* (CRISELL, 1994) cria uma relação próxima com o ouvinte pela descrição que faz e pela imagem mental que o ouvinte cria a partir da voz do locutor e trouxe uma outra novidade: a multitarefa. Era possível fazer agora, com a massificação da aquisição dos aparelhos de rádio, várias coisas ao mesmo tempo: podia ouvir-se a rádio e trabalhar ao mesmo tempo. Com a rádio, nascem também os directos: a possibilidade de saber o que está a acontecer, no momento exacto em que se dá o evento (MCQUAIL,2003).

Aproveitando o embalo da rádio, a simultaneidade e instantaneidade dos relatos dos acontecimentos em directo, a televisão causa impacto através da imagem *in loco* e na hora (tal como acontecera com a rádio). Aproveita também a intimidade da relação com o receptor e cria uma sensação de envolvimento pessoal. Agora há caras para associar à voz, agora há rostos que se tornam familiares e nos entram pela casa adentro.

De cariz assumidamente familiar e de grupo, os meios de comunicação de massas não trazem só a massificação da produção, da distribuição e do consumo (CARDOSO, ESPANA & ARAÚJO, 2009). Trazem a criação de padrões de gosto e estilos de vida. Delineiam fronteiras nas identidades dos actores sociais, como consumidores. Tudo o que aparece nos *media* ganha existência, tudo o que não aparece, deixa de existir. Daqui à globalização dos conteúdos e dos fluxos é um instante na história da comunicação (MCQUAIL,2003). Trata-se do período temporal que antecede a comunicação em rede e que incute na sociedade a aprendizagem necessária para a revolução digital que se seguiria (MARSHALL,2012).

O que importa reter desta evolução é a ideia de que tais dinâmicas potenciadas pela evolução e revolução nos meios de comunicação e de informação, conduzem a outras

transformações muito significativas no complexo desvelar da compressão do espaço-tempo (HARVEY, 2001), por sua vez propulsoras do conceito e da prática do instantâneo e da simultaneidade na informação e na comunicação. A revolução tecnológica, tal como se explicita em todos os estudos sobre os meios de comunicação e mídia, traduz-se numa revolução do instante, isto é, em processos de trabalho cada vez mais planeados no sentido da redução do tempo: do tempo de produção de informação (e de contacto com o lugar de ocorrência) e o tempo de disseminação (quanto tempo dista entre o acontecimento e o conhecimento ao público). Afirmam alguns autores que:

“a vantagem óbvia dos meios de comunicação de massas é que o emissor pode comunicar com múltiplos receptores ao mesmo tempo e com distâncias físicas impensáveis e inatingíveis para a comunicação interpessoal”⁶ (CRISELL, 1994).

E, no que interessa debater para este texto, todas estas transformações mudam o espectro do jornalismo e mudam a estrutura das suas relações com a opinião pública e com os actores sociais e colectivos. Sem perder, e até reforçando, a auto-definição que faz de si próprio, como complexo e instrumento de vigilância do equilíbrio entre poderes (executivo, legislativo e judicial) e como actor educativo das massas, o jornalismo ramificava-se em gradações de níveis diversos, variando na forma e no conteúdo, entre o estilo massificado e o estilo alternativo, individualizado e social. Mas, além de ramificar-se e de dispersar-se, entrincheira-se na impossibilidade de concretizar essa dupla função, atendendo aos meios, aos contextos e as pressões económicas (colectiva e individualmente experimentadas), políticas e temporais que caracterizam as sociedades modernas onde a tendência dominante está mais do lado da acusa e do descrédito do jornalismo, do que da sua elevação.

Afinal, a titulação de “Quarto Poder” tem uma conotação semelhante à função auto-assumida dos *media* em educar as massas. É uma tarefa não muito verosímil: se, por um lado, temos quem se disponha a controlar a elite do poder, por outro, temos o próprio poder de controlar e não ser controlado. Quem controla os meios de massas? Quem vigia a vigilância do poder vigente? Quem denuncia a comercialização e comerciabilidade dos produtos mediáticos? Estas são algumas questões que se enredam na definição identitária das sociedades do presente e nos modos de experiência do quotidiano e que trazem ao de cima, não só a definição e o sentido do jornalismo, como a natureza da reflexão sociológica sobre a *praxis* política. Uma *praxis* em que o real é avidamente procurado, cunhado e meticulosamente recortado em puzzles de sentido, ao ponto de perder o seu próprio realismo.

⁶ Tradução nossa

Mutações e dialogias

Por um lado, podemos afirmar que a sociologia penetra cada vez mais os discursos jornalísticos, mas por outro, não podemos afirmar que esta penetração corresponda a um tempo de reflexão adequado por parte do jornalista que, ainda desprovido de instrumentos metodológicos e teóricos de análise de destrição do social e das suas estruturas políticas e normativas, ajusta frequentemente a realidade social lida e as conclusões científicas às suas leituras pessoais e individuais sobre esse mesmo social.

No dia 30 de julho de 2012, no *Jornal da Noite* (SIC), passava na televisão uma peça sobre os divórcios e a crise. Foi ouvida uma investigadora que, no momento em que fala, se refere às implicações mais directas e objectivas do divórcio na vida das famílias, nomeadamente no que respeita aos gastos financeiros. Fala também do facto de, em vários casos em que os casais não dispõem de meios financeiros, os cônjuges se dispõem a viver sob o mesmo tecto, sem separação efectiva, mas “fazendo vidas em separado”. Não são apresentados indicadores para que o não divórcio e separação efectiva (de espaço) se expliquem pela crise (sempre definida na sua amplitude). Mas, toda a construção da peça é feita no sentido de mostrar e fazer ver que a crise “une” as famílias e evita que elas fiquem “desfeitas” (palavras usadas pela jornalista).

O caso ilustra que as diversas possibilidades informáticas e electrónicas oferecem uma pluralidade de narrativas convergentes, mas também vazias de real, por vezes mais subjectivas, do que “tradutoras” desse real que fica camuflado, sob o rótulo que o jornalismo e o jornalista lhe conferem. Também desempenha(riam) um papel cada vez mais sofisticado na prática jornalística desafiando a sociologia, não só a descrever as práticas dos actores, mas a entendê-las, a problematizá-las e a fazer sob elas novas abordagens teóricas.

Nesta breve descrição da evolução dos meios de comunicação que vieram revolucionar o jornalismo em todas as suas vertentes e detalhes, destaque-se o eixo das temporalidades e dos tempos. Na introdução dizíamos que os discursos da sociologia se dispõem a exigirem mais tempo de investigação e de análise e que isso nem sempre é entendível pelo jornalismo que, na engrenagem acelerada da sociedade actual se dispõe a antecipar o acontecimento, antes de ter acontecido, o mundo quotidiano das organizações que sobrevivem com a informação não se compadece com os tempos de espera dos processos sociais. A pressão é enorme sobre a sociologia e a acção interventiva está declaradamente sujeita à avaliação dos resultados e ao cálculo do impacto. Tanto que a acção do sociólogo, em vários casos, muito pouco se pode distinguir do político, do engenheiro, do pastor ou do gestor.

O mesmo acontece no mundo frenético do jornalismo que vive num nível de sofisticação tecnológica cada vez maior, capaz de operar a várias escalas geográficas a nível mundial em simultâneo. Aqui o tempo é poder porque é dinheiro. A gestão da espera é absolutamente central em meio jornalístico, um meio em que as notícias dadas em primeira mão garantem maior retorno financeiro, além de reconhecimento público.

Os estudos sociais dos *media*, nos quais se inclui a sociologia dos media, mostram a amplitude da relação entre sociologia e jornalismo, desde logo porque o jornalismo trabalha

com informação e conhecimento e tanto um como outro são permeáveis a selecção por parte das mais variadas influências perpetradas por outros sistemas, incluindo muito particularmente hoje o económico e o financeiro e sustentadas pela criação de novos quadros de valor e de ética que, de alguma forma, protegem tais influências de crítica.

Sociologia e jornalismo, com as suas especificidades, têm a ganhar com maior e mais intenso debate das questões de fundo que as sustentam e que as preparam para os desafios futuros. De todo o modo, diferentemente de tempos anteriores, em que o jornalismo se distinguia dos processos de massificação da informação e suportava sozinho o toque da autonomia e da independência, a notícia é hoje um objecto assumidamente narrável, construível de forma polifónica e perfeitamente movível no espaço e especialmente no tempo, como qualquer outro objecto que se pretenda transaccionar. Tanto a sociologia como o jornalismo estão vulneráveis a estas ambiguidades e aos efeitos perversos da sua mostra de relevância social. Boyer e Hannerz escrevem um texto de leitura recomendada aos jornalistas e aos sociólogos sobre as potencialidades da etnografia do jornalismo, não só para conhecer as mutações no campo, como para perceber a necessidade da investigação sociológica não necessariamente mediática do jornalismo, projecto que aparece cada vez mais difícil, no contexto de ausência clarificação sobre as regras, sobre os códigos éticos entre as várias modalidades da investigação, principalmente, a investigação criminal, a investigação jornalística e a investigação científica.

Os autores afirmam o seguinte:

Although the future of journalism is indeed far from certain, it seems likely that the future lives and crafts of journalists will have implications for us all, not least since so much of our own knowledge of the world 'out there' is filtered through the work of journalists (Hannerz, 2004a: 23–9). With so many important questions on the table, it seems to us a good time for two sorts of stock-taking: first, greater inquiry into the contemporary settings, values, and practices of journalism across the world with special attention paid to how journalism is changing and why. Second, reflection upon what greater ethnographic inquiry into journalism offers social sciences like anthropology, sociology, and, not least, what it offers journalism itself (BOYER e HANNERZ, 2006, p.6).

De algum modo, pensar as relações entre jornalismo e sociologia é pensar a ciência da ciência, os modos de produção de conhecimento, os seus públicos e formas de apreensão, governação e regulação. Mas é também pensar e construir sobre os próprios conteúdos da reflexão e da investigação, da prática e da intervenção. Através da arte e da técnica a esta associada (em grande parte do que se relaciona com a construção de produtos e de obras jornalísticas – como o documentário), sociologia e jornalismo (como de resto as ciências da comunicação), criariam bases e sustentabilidade seguramente mais fortes, na formação e no trabalho de sociólogos e jornalistas.

Conclusão

O objectivo deste texto consistiu em apresentar algumas linhas de contribuição para o debate acerca dos modos de relacionamento entre sociologia e jornalismo. Ambas as áreas definem realidades e enquadramentos teóricos e metodológicos com longa história, impossíveis de articular de forma única e linear.

Entre outras considerações que tomamos como relevantes para a aprendizagem da sociologia e do jornalismo, destaquemos o modo como ambas as áreas lidam, por um lado, com os princípios epistemológicos sobre a construção da realidade e que confrontam o actor - sociólogo e jornalista - com a necessidade de gerir a sua relação com os valores e os padrões culturais e por outro, com o compromisso institucional, social e político dos produtos da sua acção. Neste ponto, procurámos mostrar que a sociologia se dispõe para o jornalismo como um campo vasto de possibilidades de ensinamento diversificado sobre o modo como as sociedades se estruturam na base de relações de poder e de sentido. Pretendemos também notar que o jornalismo se apresenta como um braço incontornável para todo o entendimento sobre o que é e para que serve a sociologia, designadamente em sociedades híper complexas e sujeitas a transformação e renovação semântica intensas.

Acabamos esta pequena apresentação, retomando, de forma normativa, uma ideia que focámos e que nos parece crítica nos tempos actuais: a necessidade de apurar a reflexividade tanto na sociologia, como no jornalismo, atravessando as várias fases do processo de definição, produção e disseminação do conhecimento e da informação. Tal empresa implica, necessariamente, a intensificação de trabalhos de investigação (científica, não jornalística ou criminal), sobre as práticas, trajectórias e culturas profissionais dos jornalistas e dos sociólogos, através das quais, sejam discerníveis os seus modos de convivência, as tensões que os atravessam, mas também as mutações a que são sujeitos, num mundo de complexidade e de diversidade discursiva. A este propósito, retornemos a Katz:

No one knows what journalism is, occupationally speaking. Journalists certainly do not. They do not spend much time pondering whether they are a profession, an applied science, an art, an entertainment, or an industrial bureaucracy. But every once in a while it becomes apparent that the question is important - even for journalists. (KATZ,1989, p.1)

Bibliografia

- BALANDIER, G. O Poder em Cena. Coimbra: Minerva
- BOURDIEU, P. Homo Academicus. Florianópolis: Editora UFSC, 2011 (traduzido por Ione Valle e Nilton Valle).
- BOURDIEU, P. Homo academicus. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984
- BOURDIEU, Pierre . O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989
- BOURDIEU, Pierre . Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

Revista Comunicando, v.1, n.1, Dezembro, 2012

BOYER, D. & HANNERZ, U. Worlds of Journalism, *Ethnography*, vol 7, no. 1, 2006, pp. 5–17

CALHOUN, Craig (ed.). Robert K. Merton: Sociology of Science and Sociology as Science. Columbia University Press: New York, 2010

CARDOSO, G.; ESPANHA, R. & ARAÚJO, V. Da Comunicação de Massas à Comunicação em Rede. Porto: Porto Editora, 2009

CRISELL, A. *Understanding Radio*. London: Routledge, 1994

FONTECUBERTA, M. de. A notícia: pistas para compreender o mundo. Lisboa: Editorial Notícias, 1999

FREIXO, M. Teorias e modelos de comunicação. Coleção Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Instituto Piaget, 2011

HARVEY, D. Condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Edições Loyola: São Paulo, 10ª edição, 2001

JEANNENEY, J. Uma história da comunicação social, Lisboa: Terramar, 1996

KATZ, E. Journalists as Scientists. Notes Toward an Occupational Classification. Annenberg School for Communication; University of Pennsylvania, 1989. Disponível em: http://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1269&context=asc_papers, consultado em 22 de novembro de 2012.

KNORR-CETINA, K. Scientific Communities or Transepistemic Arenas of Research? A Critique of Quasi-Economic Model of Science. *Social Studies of Science*, no. 12 (1), 1982, 101-130.

MARSHALL, L. A estética da mercadoria jornalística, 2007. Disponível em: www.bocc.ubi.pt/pag/marshall-leandro-estetica-mercadoria-jornalistica.pdf. Consultado em 22 de julho de 2012.

MCQUAIL, D. Teoria da comunicação de massas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MERTON, Robert. Science, technology and society in seventeenth century England. New York: Howard Fertig, 1970.

NEVEU, E. Sociologia do jornalismo, Porto: Porto Editora, 2005.

SANTOS, João Almeida. *Media e Poder*. Veja: Lisboa, 2012.

SERRA, P. Comunicação e utopia. www.bocc.ubi.pt, 2006.

TRAQUINA, N. *Jornalismo: o que é?*. Lisboa: Quimera Editores, Lda, 2002.

TRINTA, A. Lendo *Sobre a Televisão*, de Pierre Bourdieu *Lumina*, vo.4, nº2, 2002, pp. 1-18. Disponível em: <http://www.facom.ufjf.br/documentos/downloads/lumina/R8-Trinta%20HP.pdf>. Consultado em 20 de julho de 2012.

VAN DIJK, Teun, *Discurso, Notícia e Ideologia*. Estudos na Análise Crítica do Discurso. Porto: Campo das Letras, 2005

WOLTON, Dominique. Rationality and Subjectivity in Applied Science, Social Science, and Journalism : Comments on Katz. *American Behavioral Scientist*, (2),1989, no. 33, p. 247 – 250.